

Portos: BNDES participa de reunião do governo com consórcio vencedor dos estudos de desestatização dos portos de Santos/SP e de São Sebastião/SP

·Consórcio DAGNL deve iniciar estudos em setembro, com conclusão prevista para o segundo trimestre de 2021; leilão está previsto para 2022

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) participou, nesta quarta-feira, 9, do pontapé inicial com o consórcio DAGNL para a execução dos estudos de desestatização dos portos de Santos/SP e de São Sebastião/SP, em reunião realizada pelo Ministério da Infraestrutura com a Santos Port Authority (SPA) e o Porto de São Sebastião. O consórcio vencedor, composto pela DTA Engenharia, Garín, Alvarez & Marsal, e pelos escritórios de advocacia Lobo De Rizzo e Navarro Prado Advogados, deverá iniciar os estudos em setembro, com conclusão prevista para o segundo trimestre de 2021. Já o leilão para as desestatizações está previsto para 2022.

“Se o nosso programa de concessões fosse o campeonato brasileiro, com certeza, o Porto de Santos estaria no G4. Estamos fazendo história. Vamos construir um novo capítulo na história portuária brasileira. Estamos aqui para virar a página desse setor. Apesar de avanços, há muito o que fazer ainda”, afirmou o ministro Tarcísio Gomes de Freitas. Ele ressaltou que o projeto de desestatização é tido como um dos mais importantes do Governo Federal.

A atual etapa definirá o melhor modelo de exploração dos dois portos. Na desestatização, o Estado transfere uma atividade ou um ativo à iniciativa privada por meio de venda, concessão ou autorização. A expectativa é que a entrada do setor privado na gestão dos portos gere maior fluxo de investimentos e mais dinamização da atividade portuária, além da modernização e melhoria dos níveis de serviços, aumento da eficiência, mais competitividade (interna e externa), bem como incorporação das melhores práticas internacionais.

O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, explicou as experiências adquiridas pelo banco a partir dos estudos já iniciados do processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Segundo ele, o Porto de Santos é uma espécie de “joia da coroa”. “Nossa principal agenda é melhorar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, e, conseqüentemente, ter menos inflação e mais emprego na ponta. Estamos animados e não mediremos esforços para fazer isso acontecer”, disse.

A partir da assinatura do contrato com o BNDES, o banco fica responsável não apenas pelos estudos e pela modelagem da desestatização dos empreendimentos portuários, como, também, pelo suporte à realização das audiências públicas e do leilão, acompanhando o processo até a assinatura do contrato entre o setor público e o parceiro privado vencedor do certame.

Fernando Biral, diretor-presidente da SPA, reforçou o fato de que a desestatização trará profissionalização sem precedentes ao setor. “O porto é um ativo muito especial e decisivo para a nossa balança comercial. Ele tem que operar de forma eficiente. Queremos apoiar o agronegócio para melhorar a cadeia logística e termos mais competitividade. Não podemos mais esperar investimentos. Temos uma série de projetos estruturantes a serem realizados e a iniciativa privada poderá operar com mais rapidez”, pontuou.

Porto de Santos – Os números do porto são superlativos e dão a dimensão da importância da atração da iniciativa privada no processo de desestatização. Somente em 2019, foram 134 milhões de toneladas movimentadas, receita líquida de R\$ 967,3 milhões e lucro líquido de R\$ 87,3 milhões. A taxa de crescimento anualizada é de cerca de 5%.

Porto de São Sebastião - O complexo portuário de São Sebastião movimentou, em 2019, 740,5 mil toneladas, aumento de 6,5% em relação ao ano anterior. Entre as principais cargas estão: graneis sólidos (94,2%), carga geral (3,5%) e granel líquido e gasoso (2,3%). Mesmo com o crescimento no volume transportado, o prejuízo líquido acumulado do porto supera os R\$ 43,5 milhões – um dos principais argumentos para a desestatização.

Sobre o BNDES - Fundado em 1952 e atualmente vinculado ao Ministério da Economia, o BNDES é o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo da economia brasileira. Suas ações procuram ter foco no impacto socioambiental e econômico no Brasil. O Banco oferece condições especiais para micro, pequenas e médias empresas, além de linhas de investimentos sociais, direcionadas para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano. Em situações de crise, o Banco atua de forma anticíclica e auxilia na formulação das soluções para a retomada do crescimento da economia.